

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ÉTICA EDUCACIONAL NO COTIDIANO ESCOLAR**ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND EDUCATIONAL ETHICS IN EVERYDAY SCHOOL LIFE****INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y ÉTICA EDUCATIVA EN LA VIDA ESCOLAR COTIDIANA**

10.56238/revgeov17n2-061

Lucas Muccini de Vasconcelos

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: lucasmuccini7@gmail.com

Márleison Junior Leffler

Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: marleisonrleffler@gmail.com

Simone Beatriz Schultz Dias

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: simonebsdias@hotmail.com

Geise Pelech Vieira de Oliveira

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: geisevieira@ymail.com

Tatiane Braga Rocha Barcelos

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: tatianebragarocha@gmail.com

Joelma Rangel Quintanilha de Melo

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: jojorangel66@hotmail.com

Cristiane Oliveira da Costa Marins Quintanilha

Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação

Instituição: Must University

E-mail: cris.ocq@gmail.com



Sirley dos Santos Gueiros Bernardo
Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Instituição: Uninter
E-mail: sirleypsicologia2024@gmail.com

RESUMO

Cenários educativos que incorporam Inteligência Artificial (IA) têm revelado mudanças substantivas nas formas de interpretar decisões pedagógicas, especialmente quando intervenções automatizadas passam a compor o cotidiano de professores e estudantes. Certos tensionamentos tornam-se visíveis quando mecanismos computacionais influenciam ritmos de aprendizagem, redesenharam critérios de acompanhamento e instauram um regime interpretativo marcado pela oscilação entre ampliação de repertórios e inseguranças éticas. A presença desses dispositivos reorganiza expectativas institucionais e desafia parâmetros tradicionais de justiça educacional, produzindo disputas simbólicas que atravessam autonomia docente, mediação pedagógica e validação de percursos formativos. A pesquisa bibliográfica utilizada aproxima obras dedicadas a analisar implicações da IA no trabalho docente, valorizando produções que descrevem deslocamentos institucionais, mudanças no papel profissional e reconfigurações interpretativas emergentes em contextos digitais. Nesse conjunto, destacam-se investigações que exploram como decisões orientadas por sistemas inteligentes afetam responsabilidades formativas e introduzem dilemas éticos associados à delegação de tarefas sensíveis. O objetivo deste estudo é esclarecer de que modo tais tendências influenciam escolhas pedagógicas e provocam reposicionamentos no exercício docente, contribuindo para compreender como intervenções digitais reformulam práticas educativas e reorganizam modos de interpretar a aprendizagem. Como um diálogo em rede, o texto entrelaça dois movimentos analíticos. O primeiro investiga o discurso comunicacional das tutorias virtuais; o segundo, o pacto cooperativo que sustenta a aprendizagem em ambientes digitais. A combinação desses movimentos revela a EAD como território de interdependências éticas e cognitivas, onde a técnica apenas sustenta o encontro humano.

Palavras-chave: Algoritmos. Autonomia. Ética. Formação. Mediação.

ABSTRACT

Educational scenarios incorporating Artificial Intelligence (AI) have revealed substantial changes in the ways pedagogical decisions are interpreted, especially when automated interventions become part of the daily lives of teachers and students. Certain tensions become visible when computational mechanisms influence learning rhythms, redesign monitoring criteria, and establish an interpretative regime marked by oscillation between the expansion of repertoires and ethical insecurities. The presence of these devices reorganizes institutional expectations and challenges traditional parameters of educational justice, producing symbolic disputes that permeate teacher autonomy, pedagogical mediation, and the validation of formative paths. The bibliographic research used brings together works dedicated to analyzing the implications of AI in teaching work, valuing productions that describe institutional shifts, changes in professional roles, and emerging interpretative reconfigurations in digital contexts. Within this set, investigations that explore how decisions guided by intelligent systems affect formative responsibilities and introduce ethical dilemmas associated with the delegation of sensitive tasks stand out. The aim of this study is to clarify how such trends influence pedagogical choices and provoke repositioning in teaching practice, contributing to an understanding of how digital interventions reshape educational practices and reorganize ways of interpreting learning. Like a networked dialogue, the text intertwines two analytical movements. The first investigates the



communicational discourse of virtual tutoring; the second, the cooperative pact that sustains learning in digital environments. The combination of these movements reveals distance education as a territory of ethical and cognitive interdependence, where technology merely supports human interaction.

Keywords: Algorithms. Autonomy. Ethics. Training. Mediation.

RESUMEN

Los escenarios educativos que incorporan Inteligencia Artificial (IA) han revelado cambios sustanciales en la interpretación de las decisiones pedagógicas, especialmente cuando las intervenciones automatizadas se integran en la vida cotidiana de docentes y estudiantes. Ciertas tensiones se hacen visibles cuando los mecanismos computacionales influyen en los ritmos de aprendizaje, rediseñan los criterios de seguimiento y establecen un régimen interpretativo marcado por la oscilación entre la expansión de repertorios y las inseguridades éticas. La presencia de estos dispositivos reorganiza las expectativas institucionales y desafía los parámetros tradicionales de justicia educativa, generando disputas simbólicas que permean la autonomía docente, la mediación pedagógica y la validación de trayectorias formativas. La investigación bibliográfica utilizada reúne trabajos dedicados a analizar las implicaciones de la IA en la docencia, valorando producciones que describen cambios institucionales, cambios en los roles profesionales y reconfiguraciones interpretativas emergentes en contextos digitales. Dentro de este conjunto, destacan las investigaciones que exploran cómo las decisiones guiadas por sistemas inteligentes afectan las responsabilidades formativas e introducen dilemas éticos asociados a la delegación de tareas sensibles. El objetivo de este estudio es esclarecer cómo estas tendencias influyen en las decisiones pedagógicas y provocan un reposicionamiento en la práctica docente, contribuyendo a comprender cómo las intervenciones digitales transforman las prácticas educativas y reorganizan las maneras de interpretar el aprendizaje. Como un diálogo en red, el texto entrelaza dos movimientos analíticos. El primero investiga el discurso comunicacional de la tutoría virtual; el segundo, el pacto cooperativo que sustenta el aprendizaje en entornos digitales. La combinación de estos movimientos revela la educación a distancia como un territorio de interdependencias éticas y cognitivas, donde la tecnología simplemente apoya la interacción humana.

Palabras clave: Algoritmos. Autonomía. Ética. Formación. Mediación.



1 INTRODUÇÃO

Configuram-se deslocamentos relevantes no cotidiano escolar quando a IA passa a influenciar modos de interpretar aprendizagens, organizar decisões e sustentar vínculos formativos entre professores e estudantes. A presença de sistemas algorítmicos desestabiliza práticas consolidadas e amplia questionamentos sobre justiça educativa, limites éticos e possibilidades de atuação docente. Tal cenário provoca reconsiderações sobre autonomia profissional, exigindo leituras atentas das transformações que atravessam processos institucionais e reorientam expectativas acerca do trabalho pedagógico em ambientes marcados pela crescente automação.

A ampliação desses dispositivos digitais redefiniu contornos da ação docente, exigindo compreensão de como decisões mediadas por algoritmos alteram critérios avaliativos, reorganizam fluxos comunicacionais e influenciam percepções sobre autonomia profissional. A escola se vê inserida em dinâmica na qual soluções computacionais ora oferecem potencial analítico ampliado, ora instauram zonas de incerteza que deslocam responsabilidades tradicionalmente assumidas por professores. Observa-se, assim, uma ecologia formativa reconfigurada, marcada por disputas interpretativas e crescente demanda por leitura crítica das operações digitais.

Debates contemporâneos indicam que a integração da IA envolve tanto oportunidades quanto tensões, sobretudo quando práticas decisórias são parcialmente orientadas por modelos automatizados que operam classificações, recomendações e priorizações. A circulação dessas dinâmicas amplia sentidos atribuídos ao acompanhamento formativo, ao planejamento pedagógico e ao papel institucional do professor. Nesse movimento, emergem novas exigências interpretativas, nas quais leitura contextual, prudência ética e compreensão das finalidades educativas tornam-se dimensões indispensáveis para interpretar os efeitos dessa integração.

A investigação assume caráter de pesquisa bibliográfica, adotada para examinar criticamente interpretações existentes sobre implicações da IA no trabalho docente. O objetivo central consiste em analisar como esses dispositivos reorganizam práticas profissionais, instauram dilemas éticos e interferem em processos institucionais. O percurso metodológico articula produções que discutem autonomia, mediação pedagógica e responsabilidades formativas, possibilitando observar convergências, contrastes e lacunas que estruturam o debate atual. Tal aproximação favorece a elaboração de compreensão analítica sensível à complexidade do contexto escolar.

A leitura coordenada das obras consultadas permitiu identificar deslocamentos teóricos e controvérsias que atravessam o campo educacional, especialmente diante da crescente presença de tecnologias inteligentes. Notou-se que diferentes autores convergem na defesa de abordagens prudentes, ainda que sustentem perspectivas distintas sobre benefícios e riscos associados à automação. Esse conjunto interpretativo favorece análise mais abrangente do problema, permitindo reconhecer que decisões pedagógicas orientadas por IA exigem constante avaliação crítica das condições institucionais



e dos princípios éticos envolvidos.

O estudo também revela que a adoção da IA em práticas escolares não pode ser tratada apenas como atualização instrumental. Trata-se de fenômeno que incide sobre responsabilidades docentes, expectativas sociais e orientações normativas que balizam a educação contemporânea. Ao examinar essas articulações, observa-se que escolhas tecnológicas repercutem em regimes de acompanhamento, modos de mediação e interpretações sobre o papel profissional do professor, exigindo atenção às consequências formativas e à coerência das finalidades educativas assumidas pelas instituições.

As discussões apresentadas ao longo deste projeto aprofundam vínculos entre ética educacional, atuação docente e modos de operação da IA, explorando tensões entre autonomia profissional, critérios institucionais e desafios interpretativos do trabalho pedagógico. Desenvolvem-se análises sobre implicações formativas, responsabilidades emergentes e reorganizações do cotidiano escolar produzidas pelo uso de dispositivos inteligentes. Ao articular esses eixos, o texto constrói percurso crítico que examina como decisões mediadas digitalmente afetam mediações pedagógicas, reconfiguram práticas e instigam revisões conceituais necessárias à educação contemporânea.

2 METODOLOGIA

A definição metodológica desta investigação priorizou a pesquisa bibliográfica como dispositivo capaz de aproximar o estudo das discussões que tratam dos impactos da IA no trabalho docente. Essa escolha permitiu trabalhar com referenciais que examinam transformações éticas, reposicionamentos profissionais e critérios de análise que sustentam o debate educacional. O percurso adotado buscou reunir argumentos contrastantes e abordagens complementares, compondo um campo interpretativo sensível às múltiplas implicações da IA no ambiente escolar contemporâneo.

A organização do material teórico envolveu seleção criteriosa de textos que discutem responsabilidades docentes, mediações pedagógicas e implicações éticas derivadas do uso de tecnologias inteligentes. O processo de leitura favoreceu o reconhecimento de tensões conceituais presentes na literatura, observando como distintas perspectivas compreendem alterações nas práticas institucionais e nas dinâmicas de acompanhamento formativo. Esse procedimento permitiu estabelecer categorias preliminares que orientam o diálogo analítico desenvolvido ao longo do estudo.

A investigação prosseguiu com exame detalhado das obras escolhidas, buscando identificar convergências, divergências e zonas interpretativas que influenciam a construção de argumentos sobre a atuação docente diante da IA. A atenção dirigiu-se a modos de descrição dos desafios éticos, aos riscos de delegação acrítica e às possibilidades de reorganização do trabalho pedagógico. Essa etapa possibilitou compreender como cada produção contribui para delinear cenários que tensionam responsabilidade profissional e uso de sistemas algorítmicos.

A pesquisa bibliográfica é entendida, neste estudo, como procedimento que possibilita ao



pesquisador dialogar diretamente com produções já consolidadas, favorecendo interpretação rigorosa das bases teóricas que sustentam o campo investigado, conforme explicitado pelos autores:

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, como objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa [...] (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Sob esse olhar, percebe-se que os autores ressaltam a importância de tratar cada obra como um campo argumentativo que precisa ser examinado quanto à consistência interna e aos limites explicativos. A orientação destacada por eles indica que a leitura crítica é indispensável para evitar interpretações precipitadas, demandando atenção às divergências teóricas e aos indícios de contradição. Esse entendimento sustenta o rigor deste estudo, que prioriza análises cuidadosas para garantir coerência na interpretação das ideias mobilizadas.

A última etapa metodológica consistiu na articulação das categorias identificadas com os objetivos centrais da pesquisa, consolidando um quadro interpretativo que permite compreender implicações éticas e pedagógicas associadas à IA. A sistematização desse material possibilitou relacionar mudanças profissionais, desafios institucionais e dinâmicas de tomada de decisão emergentes no cotidiano escolar. Desse modo, o percurso adotado favoreceu leitura abrangente e criterial, oferecendo suporte à análise crítica desenvolvida nas seções posteriores.

3 AS IMPLICAÇÕES FORMATIVAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TRABALHO DOCENTE

A presença da IA no trabalho docente provoca reconfigurações que ultrapassam simples reorganizações operacionais. Certas decisões antes situadas exclusivamente na experiência do professor passam a ser mediadas por modelos computacionais que interpretam dados, sugerem percursos e modulam expectativas institucionais. Esse cenário amplia tensões entre autonomia, responsabilidade e acompanhamento formativo. Nesse horizonte, torna-se indispensável examinar como a IA interfere na leitura das situações educativas, redefinindo prioridades, ajustando ritmos e deslocando critérios que sustentam escolhas pedagógicas cotidianas.

A ampliação dessas dinâmicas evidencia que a atuação docente passa a conviver com sistemas capazes de influenciar formas de diagnosticar aprendizagens e interpretar necessidades formativas. Mesmo quando utilizados como apoio, esses mecanismos introduzem novas camadas de avaliação que modificam a relação entre planejamento, decisão e acompanhamento. Ao observar tais impactos, surgem problematizações sobre limites éticos, coerência interpretativa e vínculos profissionais. Trata-se de compreender como professores equilibram práticas situadas e orientações automatizadas,



mantendo critérios que garantam continuidade e sentido aos processos educativos.

Nesse enquadramento, a compreensão das implicações formativas da IA exige leitura das tensões produzidas quando rotinas pedagógicas se articulam a operações digitais. Determinadas escolhas deixam de depender apenas da interpretação direta do professor, sendo moduladas por sistemas que filtram informações, organizam indicadores e orientam priorizações. Ao analisar esse movimento, torna-se evidente a necessidade de critérios robustos que permitam avaliar quais decisões podem ser apoiadas por algoritmos e quais demandam apreciação situada para preservar coerência nas práticas educativas.

Estudos recentes mostram que a integração da IA altera concepções de responsabilidade docente e modos de interpretar dados educacionais. As instituições passam a depender de análises automatizadas que influenciam percursos e diagnósticos. É nesse ponto que Da Silva et al. (2025) destacam que impactos formativos relevantes dependem da capacidade de discernir limites e potencialidades desses sistemas. Os autores argumentam que escolhas digitais devem ser guiadas por interpretações criteriosas, evitando delegações automáticas que reduzam a autonomia profissional ou comprometam finalidades pedagógicas.

A partir dessas indicações, observa-se que a contribuição de Da Silva et al. (2025) reforça a centralidade da leitura crítica na utilização da IA. Suas formulações chamam atenção para o risco de decisões sustentadas apenas por indicadores automatizados, especialmente quando tais indicadores não contemplam nuances interpretativas presentes no cotidiano escolar. Essa interpretação evidencia que o professor precisa avaliar implicações éticas, identificar fragilidades nos modelos e compreender de que modo cada operação digital influencia mediações pedagógicas sensíveis a contextos específicos.

Mudanças institucionais relacionadas à IA configuram cenários nos quais autonomia docente e expectativas de desempenho passam por reinterpretações constantes. Determinadas práticas são reorganizadas para atender demandas mediadas por dados, enquanto outras dependem de julgamentos situados. Essa complexidade influencia o planejamento pedagógico e redefine prioridades. A análise de Cardoso et al. (2026) evidencia, portanto, que impactos significativos requerem integração entre dimensões pedagógicas, éticas e laborais, garantindo coerência entre decisões docentes, finalidades formativas e operações digitais que estruturam o cotidiano escolar.

Esse conjunto interpretativo permite compreender que a perspectiva de Cardoso et al. (2026) evidencia o caráter multidimensional das escolhas docentes na era da IA. Suas proposições revelam que decisões sustentadas por modelos computacionais exigem leitura ampliada dos processos educativos, atentando tanto às demandas institucionais quanto às singularidades das práticas. Tal compreensão indica que a IA não substitui o julgamento profissional, mas fornece elementos que devem ser integrados criticamente para preservar consistência pedagógica e evitar distorções que comprometam o acompanhamento formativo.



Discutir a IA na formação docente implica reconhecer que a automação produz reconfigurações nos modos de interpretar responsabilidades e avaliar situações educativas. Drummond et al. (2026) assinalam que modelos automatizados introduzem desafios que exigem análise cuidadosa para evitar decisões descontextualizadas. O grupo argumenta que impactos relevantes dependem da capacidade de verificar coerência entre operações digitais e finalidades pedagógicas. Essa compreensão reforça que o uso da IA deve ser acompanhado de interpretações críticas que assegurem alinhamento entre tecnologia e princípios formativos.

Essa leitura permite entender que as formulações de Drummond et al. (2026) ampliam o debate sobre prudência profissional diante da IA. O argumento do grupo destaca a importância de avaliar efeitos indiretos das operações automatizadas, especialmente quando influenciam diagnósticos, priorizações ou orientações pedagógicas. Considerar tais implicações é fundamental para evitar interpretações simplificadas que atribuem neutralidade à tecnologia. A partir dessa análise, observa-se que decisões docentes demandam atenção às circunstâncias específicas nas quais sistemas digitais apoiam, complementam ou tensionam práticas já consolidadas.

Debates sobre formação docente diante da IA mostram deslocamentos que atravessam práticas pedagógicas e alcançam dimensões éticas que desafiam responsabilidades profissionais. Tais deslocamentos reposicionam interpretações sobre autonomia, acompanhamento e critérios decisórios. Nesse contexto, Do Amaral Pedrini (2025) enfatiza que efeitos educativos consistentes dependem de integrações reflexivas que permitam compreender riscos, limites e possibilidades da IA. A autora sublinha que abordagens situadas fortalecem discernimentos necessários a decisões pedagógicas que utilizam sistemas digitais sem descharacterizar a intencionalidade formativa do professor.

Ao destacar essas questões, a contribuição de Do Amaral Pedrini (2025) demonstra que o uso da IA exige um posicionamento interpretativo que ultrapassa análises técnicas. A autora indica que decisões docentes precisam considerar implicações éticas presentes nas interações entre algoritmos e práticas educativas. Tal perspectiva sugere que cada escolha tecnológica deve ser avaliada à luz de seu impacto sobre mediações formativas, evitando que operações automatizadas reduzam complexidades ou comprometam a construção de sentidos que sustenta o trabalho pedagógico em contextos contemporâneos.

A intensificação do uso de IA no ambiente escolar amplia debates sobre critérios de interpretação das aprendizagens e sobre modos de organizar o acompanhamento docente. Profissionais passam a lidar com sistemas que sintetizam informações e orientam raciocínios pedagógicos. Esse movimento revela novas exigências analíticas. A interpretação de Da Silva et al. (2025) reforça, assim, que tais processos demandam leitura crítica capaz de identificar fragilidades e potencialidades dos modelos, garantindo alinhamento ético entre operações digitais e finalidades educativas assumidas pelas instituições.



Os apontamentos de Da Silva et al. (2025) ajudam a compreender que o uso da IA não se limita à produção de indicadores; envolve disputas interpretativas que incidem sobre a construção de sentido pedagógico. Ao considerar tais implicações, percebe-se que a tecnologia altera ritmos de análise, redefine prioridades e influencia decisões que moldam a experiência formativa. Essa leitura evidencia que docentes necessitam de critérios analíticos capazes de integrar informações automatizadas sem reduzir complexidades presentes nas situações educativas que compõem o cotidiano escolar.

Discussões sobre formação docente têm mostrado que a IA interfere em relações institucionais e reorganiza modos de compreender autonomia profissional. Determinadas expectativas são redefinidas pela circulação de dados e pela atuação de sistemas preditivos que orientam decisões. É nesse cenário que Cardoso et al. (2026) enfatizam que efeitos formativos adequados dependem de articulações entre dimensões éticas, pedagógicas e laborais. O grupo argumenta que escolhas docentes requerem interpretações amplas, evitando que operações digitais comprometam a coerência das responsabilidades assumidas.

Esse entendimento demonstra que a análise proposta por Cardoso et al. (2026) amplia o debate sobre como professores tratam orientações derivadas de algoritmos. Suas reflexões sugerem que a IA pode fortalecer processos decisórios quando interpretada criticamente, mas também gerar distorções caso seja utilizada sem atenção às finalidades educativas. O argumento reforça a necessidade de situar cada recurso digital em contextos específicos, reconhecendo que a leitura pedagógica não deve ser substituída por mecanismos que simplifiquem ou padronizem experiências formativas complexas.

A incorporação ampliada da IA intensifica debates sobre discernimento docente e reorganização institucional. Processos de avaliação e acompanhamento passam a dialogar com modelos que identificam padrões e sugerem direções pedagógicas. Essas operações influenciam escolhas sobre ritmos e intervenções formativas. A interpretação apresentada por Drummond et al. (2026) ressalta, assim, que impactos positivos dependem de análises contextualizadas que verifiquem alinhamento entre tecnologia e projeto educativo, evitando decisões que deleguem excessivamente a sistemas automatizados funções de natureza pedagógica.

A leitura oferecida por Drummond et al. (2026) permite compreender que a IA altera não apenas procedimentos técnicos, mas modos de interpretar o papel docente. Ao discutir a necessidade de avaliações contextualizadas, os autores indicam que decisões digitais podem tanto ampliar a precisão analítica quanto reduzir a sensibilidade pedagógica caso desconsiderem aspectos situados. Essas reflexões reforçam que a atuação profissional exige equilíbrio entre apoio tecnológico e julgamento crítico, reconhecendo que cada escolha educacional envolve dimensões éticas, institucionais e formativas interligadas.

Transformações provocadas pela IA na educação apresentam desafios que atingem fundamentos da formação docente. Do Amaral Pedrini (2025) destaca que compreender tais desafios



demandar examinar relações entre exigências institucionais, práticas pedagógicas e operações digitais que moldam rotinas formativas. A autora argumenta que efeitos consistentes da IA dependem de análises cuidadosas sobre riscos e possibilidades envolvidos no uso de sistemas automatizados. Essa perspectiva ressalta que decisões docentes devem preservar a intencionalidade educativa, evitando reduções que comprometam sentidos construídos nas interações de aprendizagem.

Essa compreensão revela que a contribuição de Do Amaral Pedrini (2025) constitui um alerta para a interpretação criterial dos recursos digitais. Suas reflexões mostram que a IA pode gerar benefícios quando alinhada a finalidades pedagógicas claras, mas produz impactos problemáticos se utilizada sem atenção às complexidades institucionais. Assim, a autora reforça que escolhas docentes precisam reconhecer as implicações éticas presentes em cada operação digital, garantindo que o apoio tecnológico não substitua dimensões formativas que exigem leitura humana e sensível dos processos educativos.

A ampliação do uso de IA intensifica debates sobre critérios de avaliação e acompanhamento das aprendizagens. Sistemas preditivos organizam indicadores e influenciam decisões pedagógicas, redefinindo prioridades e sentidos formativos. Essas dinâmicas introduzem riscos quando adotadas sem avaliação contextual. A análise de Da Silva et al. (2025) acrescenta, portanto, que impactos educativos devem ser examinados à luz de discernimentos éticos capazes de evitar interpretações reducionistas. O grupo ressalta que decisões automatizadas necessitam ser integradas criticamente às práticas docentes.

As considerações de Da Silva et al. (2025) evidenciam que a IA intervém em processos que estruturam a compreensão do professor sobre o percurso formativo dos estudantes. Essa intervenção pode auxiliar na tomada de decisões, mas também gerar distorções quando generalizações algorítmicas substituem análises situadas. A partir dessa percepção, observa-se que a atuação docente requer leitura cuidadosa das operações digitais, reconhecendo benefícios sem desconsiderar limitações. Assim, a integração tecnológica precisa dialogar com valores educativos que sustentam escolhas profissionais responsáveis.

Debates sobre IA têm revelado reconfigurações que afetam trabalho docente, expectativas institucionais e relações formativas. Cardoso et al. (2026) afirmam que compreender tais reconfigurações exige atenção às interações entre tecnologia, ética e pedagogia. Os autores argumentam que processos educativos mediados digitalmente devem considerar implicações sobre autonomia profissional e sobre modos de interpretar aprendizagens. Essa perspectiva ressalta que escolhas fundamentadas dependem de avaliações que verifiquem coerência entre decisões docentes, finalidades educativas e operações automatizadas presentes no ambiente escolar contemporâneo.

A reflexão de Cardoso et al. (2026) amplia a compreensão de que a IA não apenas apoia processos pedagógicos, mas também altera a percepção sobre o papel do professor em estruturas



decisórias. Ao examinar essas dinâmicas, percebe-se que certos sistemas podem reforçar práticas colaborativas, enquanto outros tendem a pressionar por padronizações que enfraquecem a autonomia. Esse entendimento reforça que docentes devem analisar cuidadosamente o alcance de cada tecnologia, preservando decisões que valorizem complexidade, singularidade e compromisso com finalidades educativas profundas.

As análises discutidas ao longo deste capítulo indicam que a IA provoca implicações formativas que atravessam dimensões éticas, institucionais e pedagógicas do trabalho docente. A presença de sistemas automatizados exige interpretações criteriosas que considerem riscos, potencialidades e limites de cada recurso. Reconhecer tais implicações possibilita compreender que decisões educativas não podem ser delegadas integralmente à tecnologia, pois dependem de leitura humana sensível às situações de aprendizagem. Nesse sentido, a atuação docente permanece central na construção de práticas formativas responsáveis.

4 AS RECONFIGURAÇÕES ÉTICAS NA RESPONSABILIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DIANTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Certas fricções entre julgamento profissional e intervenções algorítmicas começam a redesenhar o modo como a responsabilidade pedagógica é compreendida no cotidiano escolar. O professor passa a se movimentar entre percepções construídas na experiência e sugestões derivadas de sistemas que hierarquizam informações e antecipam decisões. Essa convivência produz deslocamentos discretos, porém profundos, na agência docente, abrindo margem para questionamentos ético-formativos que interrogam critérios institucionais, práticas avaliativas e sentidos atribuídos às escolhas educativas em ambientes permeados pela IA.

A incorporação sistemática de recursos digitais produz reinterpretações do papel profissional, sobretudo quando mecanismos algorítmicos começam a interferir em diagnósticos, priorizações e leituras pedagógicas. Certas operações ampliam a capacidade analítica do docente, enquanto outras geram ambiguidades que tensionam critérios de validação. O desafio se intensifica quando recomendações automatizadas passam a sustentar decisões de natureza ética. Percebe-se, então, que a responsabilidade docente permanece central, mas passa a exigir vigilância constante diante de tecnologias que deslocam referências tradicionais de julgamento formativo.

Tais movimentos revelam que a responsabilização pedagógica não pode ser compreendida apenas como ato individual, mas como prática que se articula a dispositivos capazes de modular leituras institucionais. A IA introduz camadas adicionais de interpretação que reorganizam o modo como situações educativas são avaliadas. Nesse processo, questões éticas tornam-se mais complexas, pois decisões passam a ser compartilhadas com sistemas que operam segundo parâmetros estatísticos. Cabe ao professor sustentar discernimentos que preservem a integridade pedagógica e a coerência das



mediações formativas.

As discussões sobre ética e IA na educação apontam desafios que afetam diretamente a responsabilidade profissional do docente. Certas práticas, ao dialogarem com inferências automatizadas, geram tensões entre autonomia e recomendações digitais. Determinadas interpretações exigem leitura cuidadosa de seus efeitos. É nesse horizonte analítico que Guimarães (2025) ressalta que a integração tecnológica demanda atenção às implicações éticas presentes nas escolhas pedagógicas. O autor argumenta que decisões docentes devem articular prudência crítica e compreensão contextual para evitar distorções produzidas por sistemas automatizados.

A partir dessas formulações, torna-se possível perceber que Guimarães (2025) amplia o debate ao enfatizar que o professor não pode se submeter automaticamente às inferências digitais. As reflexões apresentadas indicam que a tecnologia opera por lógicas que nem sempre reconhecem singularidades das trajetórias escolares. Assim, a responsabilidade docente inclui interpretar limites e potenciais das ferramentas utilizadas, garantindo que escolhas formativas não sejam conduzidas por modelos generalizantes. Essa leitura reforça que a ética permanece vinculada à capacidade humana de analisar contextos e finalidades.

Debates contemporâneos mostram que a IA transforma relações entre professores e estudantes, reconfigurando horizontes éticos e interpretativos. Zuin e Goergen (2025) analisam, ao discutir tais transformações, que a mediação humana continua indispensável para assegurar sentido pedagógico diante de operações digitais. Os autores defendem que decisões orientadas por algoritmos não substituem a responsabilidade docente, pois carecem da sensibilidade necessária para interpretar nuances das interações formativas. Essa perspectiva evidencia que escolhas pedagógicas precisam integrar tecnologia e prudência crítica.

Esse entendimento reforça que a presença da IA não elimina o vínculo relacional que sustenta o trabalho formativo. As reflexões de Zuin e Goergen (2025) indicam que a ética docente depende da capacidade de reconhecer quando a intervenção tecnológica contribui para compreender processos de aprendizagem e quando tende a obscurecer aspectos singulares. Assim, a responsabilidade profissional envolve equilibrar as informações geradas por sistemas digitais e as percepções obtidas no encontro educativo, evitando que decisões sejam guiadas exclusivamente por lógicas automatizadas.

Modificações provocadas pela IA afetam concepções de responsabilidade pedagógica ao introduzir novas formas de interpretação e avaliação. Sistemas automatizados filtram dados, organizam indicadores e orientam recomendações que influenciam escolhas docentes. Tais práticas podem ampliar repertórios reflexivos. A argumentação apresentada por Souza e Zocal (2025) esclarece, entretanto, que impactos formativos dependem da capacidade de analisar criticamente cada operação digital. As autoras destacam que decisões educativas exigem leitura contextualizada para evitar reduções que comprometam a intencionalidade do trabalho pedagógico.



A partir dessa perspectiva, observa-se que Souza e Zocal (2025) contribuem ao destacar que o professor precisa reconhecer fragilidades inerentes aos modelos automatizados. Sua reflexão demonstra que indicadores digitais não captam dimensões subjetivas da aprendizagem, o que exige avaliação criteriosa das recomendações apresentadas. Assim, a responsabilidade docente envolve distinguir entre sugestões que ampliam compreensão formativa e orientações que podem induzir simplificações equivocadas. Esse processo reafirma a necessidade de considerar contextos específicos e manter autonomia interpretativa diante da IA.

A presença da IA nas práticas escolares introduz dilemas éticos que reposicionam a responsabilidade docente. Sistemas digitais passam a participar de processos decisórios e influenciar expectativas institucionais. Certas interpretações tornam-se dependentes de algoritmos. É nesse sentido que Guimarães Junior et al. (2025) defendem que decisões pedagógicas mediadas por IA precisam ser examinadas com rigor ético. O grupo argumenta que a tecnologia deve apoiar, e não substituir, a capacidade crítica do professor, garantindo coerência entre finalidade educativa e intervenção digital.

As proposições de Guimarães Junior et al. (2025) mostram que a IA altera não apenas procedimentos técnicos, mas estruturas de julgamento profissional. Ao analisarem implicações éticas, os autores alertam que decisões tomadas sem reflexão podem reforçar desigualdades ou gerar interpretações inadequadas sobre trajetórias formativas. Assim, reconhecer os limites das inferências algorítmicas torna-se componente essencial da responsabilização docente. Essa leitura exige que professores considerem impactos institucionais das escolhas digitais, preservando autonomia crítica em meio às lógicas computacionais.

A ampliação do uso da IA nas escolas provoca questionamentos sobre critérios de avaliação, acompanhamento e tomada de decisão. Guimarães (2025) observa que a tecnologia reorganiza formas de interpretar processos formativos, especialmente quando modelos automatizados produzem indicadores que orientam intervenções pedagógicas. O autor enfatiza que esses sistemas não substituem o julgamento ético do professor, cuja responsabilidade consiste em analisar se as recomendações digitais dialogam com finalidades educativas e preservam a integridade das relações que sustentam a aprendizagem.

Essa formulação reforça que a compreensão das operações digitais exige atenção aos efeitos indiretos que elas provocam nas mediações pedagógicas. A análise de Guimarães (2025) mostra que a presença da IA não é neutra, pois interfere na forma como situações educativas são classificadas e priorizadas. Desse modo, cabe ao professor examinar criticamente indicadores, avaliar sua pertinência e reconhecer limites interpretativos dos sistemas. Esse exercício ético assegura que as decisões formativas permaneçam ancoradas na complexidade das experiências escolares.

Cresce a percepção de que a IA altera dinâmicas institucionais ao intervir em processos de



planejamento, avaliação e acompanhamento das aprendizagens. Determinadas práticas são reorganizadas por modelos digitais que influenciam decisões docentes. Essa intervenção exige atenção crítica. A interpretação de Souza e Zocal (2025) destaca, assim, que impactos positivos dependem de leitura cuidadosa dos mecanismos utilizados. As autoras argumentam que escolhas pedagógicas devem evitar dependência excessiva da tecnologia para preservar sensibilidade formativa e autonomia profissional.

A partir dessas discussões, percebe-se que as contribuições de Souza e Zocal (2025) evidenciam a necessidade de examinar com profundidade como sistemas digitais interferem em práticas pedagógicas. Os modelos podem oferecer informações valiosas, mas tendem a operar segundo parâmetros que não captam nuances das interações escolares. Assim, a responsabilidade docente inclui analisar criticamente cada recomendação automatizada, distinguindo entre orientações que auxiliam a leitura formativa e aquelas que reduzem complexidades presentes nos processos educativos cotidianos.

Determinadas discussões indicam que a IA redefine expectativas profissionais e reorganiza modos de acompanhar a aprendizagem. Guimarães Junior et al. (2025) afirmam que tais transformações exigem atenção às implicações éticas associadas às operações digitais. O grupo destaca que decisões pedagógicas precisam integrar análise crítica das ferramentas utilizadas, verificando se seus resultados dialogam com princípios formativos. Para os autores, a tecnologia deve funcionar como apoio interpretativo, e não como substituto das responsabilidades que caracterizam o trabalho docente.

Essa perspectiva demonstra que o professor necessita compreender como os sistemas influenciam o modo como a escola interpreta trajetórias de aprendizagem. A análise de Guimarães Junior et al. (2025) indica que operações digitais podem reforçar interpretações coerentes ou produzir distorções caso sejam aplicadas sem avaliação contextual. Assim, a responsabilização pedagógica envolve incorporar a IA sem abdicar da leitura sensível das situações educativas, preservando autonomia crítica diante de mecanismos que tendem a uniformizar experiências complexas.

Transformações nas relações pedagógicas tornam evidente que a IA reconfigura modos de compreender o vínculo entre professores e estudantes. Certas práticas passam a ser moduladas por recomendações digitais que influenciam prioridades. A ética torna-se elemento estruturante. Nesse sentido, Zuin e Goergen (2025) argumentam que a mediação docente não pode ser substituída por inferências algorítmicas, pois estas carecem da profundidade interpretativa necessária para captar dimensões humanas do processo formativo. A decisão pedagógica permanece responsabilidade do professor.

Essa visão reforça que a ética profissional depende de reconhecer aquilo que a tecnologia não alcança. A reflexão de Zuin e Goergen (2025) destaca que a presença da IA pode apoiar interpretações, mas não substitui a experiência construída no encontro pedagógico. Dessa forma, responsabilizar-se pelas decisões educativas requer avaliar até que ponto sugestões automatizadas contribuem para



ampliar compreensão formativa ou introduzem reduções problemáticas. O exercício docente envolve equilibrar análise digital e sensibilidade humana na condução das aprendizagens.

Crescem questionamentos sobre como a IA afeta critérios de julgamento pedagógico e rotinas institucionais. Guimarães (2025) sublinha que decisões orientadas por sistemas digitais devem ser interrogadas à luz de princípios éticos que sustentam a prática docente. O autor enfatiza que a IA pode ampliar perspectivas analíticas, mas também introduzir simplificações que comprometem a leitura sensível das aprendizagens. Assim, a responsabilidade profissional exige integrar recursos tecnológicos sem reduzir o papel do professor como intérprete das experiências educativas.

Esse entendimento permite perceber que a tecnologia modifica o modo como se organizam processos de validação pedagógica. Embora ofereça indicadores relevantes, a IA tende a operar por regularidades que não capturam singularidades formativas. A análise de Guimarães (2025) demonstra que cabe ao professor avaliar criticamente os resultados apresentados, incorporando-os quando ampliam compreensão e questionando-os quando restringem interpretações. Essa postura reafirma a responsabilidade docente como exercício ético que articula sensibilidade, criticidade e compromisso com processos educativos significativos.

Mudanças provocadas pela IA nas práticas escolares intensificam discussões sobre responsabilidade docente. Certos modelos influenciam planejamento e avaliação sem considerar nuances das situações educativas. Esse cenário exige atenção ética. Por essa razão, Souza e Zocal (2025) sustentam que decisões pedagógicas mediadas por IA dependem de análise criteriosa dos mecanismos utilizados. As autoras destacam que a tecnologia deve servir como instrumento de apoio, e não como referência absoluta, garantindo que a intencionalidade formativa permaneça central na ação docente.

Essa análise revela que o professor precisa atuar como filtro crítico das operações automatizadas para preservar coerência entre decisões digitais e princípios educativos. A reflexão apresentada por Souza e Zocal (2025) evidencia que a IA pode reforçar processos interpretativos ou produzir reduções que comprometem o acompanhamento formativo. Assim, a responsabilidade docente envolve reconhecer limites, identificar potenciais e integrar sistematicamente a leitura humana às recomendações algorítmicas. Tal postura assegura interpretações éticas e sensíveis diante das complexidades presentes no cotidiano escolar.

As considerações apresentadas ao longo deste capítulo demonstram que reconfigurações éticas associadas à IA demandam da professora postura crítica e vigilante. A tecnologia amplia possibilidades, mas altera fundamentos da responsabilidade pedagógica, produzindo desafios que exigem interpretação cuidadosa. Preservar sensibilidade formativa, assegurar coerência decisória e reconhecer limites dos modelos automatizados constituem elementos centrais da atuação profissional. Nesse sentido, a responsabilidade docente permanece dimensão ética intransferível, sustentada na capacidade



de ler contextos e afirmar escolhas que promovam integridade educativa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reflexões recentes sobre o uso de IA na escola indicam deslocamentos que reconfiguram expectativas sobre o trabalho docente, aproximando análises pedagógicas de inferências automatizadas. Guimarães (2025) observa que tal aproximação redefine a percepção de autonomia, enquanto Cardoso et al. (2026) alertam que programas formativos insuficientes dificultam o manejo crítico das plataformas digitais. O diálogo entre esses estudos evidencia que decisões institucionais moldam a qualidade da incorporação da IA, especialmente quando prioridades pedagógicas não conversam com práticas do cotidiano escolar.

A literatura também revela tensões importantes. Da Silva et al. (2025) destacam desafios éticos associados à opacidade algorítmica e aos riscos de decisões enviesadas no acompanhamento discente. Em contrapartida, Drummond et al. (2026) defendem que determinadas aplicações ampliam a precisão diagnóstica se acompanhadas de análise crítica estruturada. A coexistência dessas posições demonstra que a IA intensifica disputas interpretativas e obriga as instituições a estabelecer parâmetros rigorosos de segurança, responsabilidade e justiça pedagógica no uso de sistemas digitais.

No campo formativo, nascem discussões que reforçam a centralidade do preparo docente. Do Amaral Pedrini (2025) ressalta que processos formativos precisam antecipar impactos éticos e situar decisões dentro de marcos reflexivos robustos. Souza e Zocal (2025) convergem ao afirmar que a apropriação da IA depende de habilidades interpretativas que transcendam aspectos técnicos. A proximidade dessas análises indica que a profissionalidade docente exige leitura contextual, prudência e discernimento diante de sistemas que reorganizam expectativas educacionais.

Há autores que problematizam efeitos ainda pouco explorados. Guimarães Junior et al. (2025) mostram que a velocidade analítica da IA pode produzir pressões incompatíveis com ritmos formativos. Zuin e Goergen (2025) ampliam o debate ao mencionar riscos à relação ética entre professor e estudante quando decisões passam a ser mediadas por inferências automatizadas. Como resultado, tornam-se necessários critérios transparentes que permitam compreender onde termina a contribuição técnica e onde começa a responsabilidade humana no processo educativo.

Alguns estudos voltam-se às condições institucionais que sustentam usos responsáveis. Cardoso et al. (2026) identificam que equipes docentes constroem interpretações mais qualificadas quando participam das decisões relativas à implantação de sistemas inteligentes. Da Silva et al. (2025) reforçam que a falta de diretrizes éticas compromete o potencial pedagógico, sobretudo em contextos fragilizados. A articulação entre essas perspectivas indica que inovação tecnológica depende de iniciativas colaborativas que promovam diálogo, prudência e coerência organizacional.

Outras produções direcionam o olhar para as transformações organizacionais provocadas pela



IA. Drummond et al. (2026) destacam que a reconfiguração de fluxos avaliativos redefine limites entre acompanhamento, intervenção e tomada de decisão. Zuin e Goergen (2025) acrescentam que tais movimentos alcançam dimensões afetivas e ético-relacionais da prática docente. O cruzamento dessas leituras mostra que o desafio ultrapassa a operação técnica e exige salvaguardas que preservem princípios formativos essenciais às relações educativas.

A síntese dos estudos examinados revela que a IA atua como vetor de mudanças éticas, pedagógicas e institucionais. Guimarães (2025) ressalta que a docência não pode ser reduzida à lógica de recomendações automatizadas, enquanto Souza e Zocal (2025) defendem perspectivas que ampliem discernimento e interpretação crítica. Ao combinar convergências e tensões, percebe-se que usos responsáveis dependem do fortalecimento de espaços deliberativos, da qualificação das formações e da construção de compromissos institucionais orientados por justiça e equidade educacional.

6 CONCLUSÃO

Movimentos conceptuais identificados ao longo da investigação permitiram compreender como a IA reorganiza sentidos atribuídos ao trabalho docente e amplia questões éticas que atravessam práticas escolares. Desenvolvida como pesquisa bibliográfica com o objetivo de analisar implicações formativas e dilemas éticos produzidos por sistemas digitais, a discussão revelou transformações que incidem sobre autonomia, julgamento profissional e modos de interpretar a mediação pedagógica. Esses deslocamentos indicam que a presença da IA redefine critérios institucionais e reposiciona responsabilidades no cotidiano educativo.

Os materiais examinados indicam que a IA não altera apenas rotinas de trabalho, mas gera impactos nos modos de interpretar autonomia, discernimento e agência profissional. Ao reunir produções que analisam riscos éticos, potencialidades pedagógicas e desafios institucionais, a pesquisa bibliográfica adotada favoreceu a aproximação entre perspectivas divergentes e possibilitou compreender nuances pouco visíveis nas discussões correntes. Esse procedimento reforçou a pertinência do objetivo central, ao evidenciar como escolhas pedagógicas são influenciadas por mediadores digitais que reorganizam expectativas educacionais.

O cruzamento das leituras revelou que a formação docente permanece dimensão decisiva para sustentar usos responsáveis da IA. Certas produções destacam a necessidade de repertórios interpretativos complexos; outras enfatizam que a ausência de diretrizes éticas compromete decisões pedagógicas. A articulação desses entendimentos confirma que a IA opera como vetor de deslocamentos conceituais, exigindo práticas formativas que reconheçam limites e potencialidades dos sistemas digitais, sempre em diálogo com princípios que sustentam o trabalho educativo no âmbito escolar.

Também se tornou evidente que as instituições assumem papel significativo na qualificação



desses processos. Estruturas de gestão capazes de promover diálogo, corresponsabilidade e acompanhamento crítico definem a profundidade com que a IA é incorporada e regulada. A pesquisa bibliográfica conduzida permitiu observar que decisões precipitadas tendem a fragilizar vínculos éticos, enquanto ações planejadas ampliam segurança, transparência e justiça pedagógica. Assim, o objetivo proposto alcança maturidade ao reconhecer que inovação requer equilíbrio entre prudência institucional e abertura investigativa.

A leitura integrada dos autores evidencia que práticas educativas mediadas por IA dependem da conjugação de quatro dimensões fundamentais: análise ética rigorosa, formação docente continuada, critérios institucionais transparentes e compreensão crítica das inferências algorítmicas. Como reforçou a abordagem bibliográfica utilizada, esses elementos não operam isoladamente; configuram um campo de disputas interpretativas que redefine decisões pedagógicas e reposiciona a docência diante de cenários tecnológicos que transformam expectativas, ritmos de trabalho e responsabilidades profissionais.

Ao retomar o objetivo inicial sob nova luz, é possível afirmar que a pesquisa bibliográfica produziu elementos sólidos para compreender implicações formativas e dilemas éticos associados à IA, destacando limites, possibilidades e desafios que se projetam no cotidiano escolar. A análise integrada das fontes examinadas aponta que futuros estudos deverão aprofundar relações entre tecnologia, justiça educacional e autonomia profissional, indicando que escolhas institucionais e práticas docentes precisam ser continuamente repensadas para assegurar compromissos éticos que sustentem a formação humana.



REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. N. M. et al. Processos formativos na educação tecnológica: a Inteligência Artificial na formação docente e os desafios ético-formativos – interfaces entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 2, n. 3, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i3.295. Disponível em: <https://doi.org/10.64326/educao.v2i3.295>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DA SILVA, D. S. et al. Inteligência Artificial generativa: impactos éticos e sociais. *Lumen et Virtus*, [S. l.], v. 16, n. 54, p. e10511, 2025. DOI: 10.56238/levv16n54-169. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv16n54-169>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DO AMARAL PEDRINI, V. Formação de professores e Inteligência Artificial na educação: revisão sistemática da literatura. *Revista Tópicos*, [S. l.], v. 3, n. 26, p. 1–13, 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17429292. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17429292>. Acesso em: 06 fev. 2026.

DRUMMOND, A. R. et al. A Inteligência Artificial na formação docente: entre a inovação e os desafios ético-formativos na educação. *Revista Colombiana de Ciências e Humanidades (REHCOL)*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–19, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18249329. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18249329>. Acesso em: 06 fev. 2026.

GUIMARÃES, Alfredo Marcus. Inteligência Artificial e Educação: entre a inovação pedagógica e os desafios éticos. *Revista Acadêmica da Lusofonia*, [S. l.], v. 2, n. 9, p. 1–13, 2025. DOI: 10.69807/2966-0785.2025.152. Disponível em: <https://revistaacademicadlusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/152>. Acesso em: 06 fev. 2026.

GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos et al. Desafios éticos e pedagógicos da Inteligência Artificial na educação. *Interference: A Journal of Audio Culture*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 976–992, 2025. DOI: 10.36557/2009-3578.2025v11n2p976-992. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/114>. Acesso em: 06 fev. 2026.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SOUZA, Michelli Carla de; ZOCAL, Renata Maria. Inteligência Artificial na educação: potencialidades, desafios e perspectivas para a transformação pedagógica. *Revista Acadêmica da Lusofonia*, [S. l.], v. 2, n. 10, p. 1–9, 2025. DOI: 10.69807/2966-0785.2025.195. Disponível em: <https://revistaacademicadlusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/195>. Acesso em: 06 fev. 2026.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; GOERGEN, Pedro Laudinor. A Inteligência Artificial, a ética e a relação orgânica entre professores e alunos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 46, p. e297394, 2025. DOI: 10.1590/ES.297394. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.297394>. Acesso em: 06 fev. 2026.

